



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

Estado de São Paulo



## INDICAÇÃO Nº 410/2025

**INDICO**, observadas as formalidades regimentais, enviando-se cópia desta, sugerindo ao senhor Prefeito Municipal e ao setor competente, que envie ao Plenário desta Casa de Leis, um Projeto de Lei para tornar obrigatório a realização de exames médicos periódicos anuais para os funcionários públicos municipais, conforme minuta de Projeto, em anexo.

## JUSTIFICATIVA

A presente indicação se justifica, pois visa a regulamentação do município, alinhando-se à legislação Federal, especialmente ao Decreto Federal nº 6.856/2009, que regulamenta exames periódicos para servidores federais, adaptando-o ao âmbito municipal para atender à obrigatoriedade anual solicitada. Ela promove a saúde preventiva, alinhando-se à NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e à Constituição Federal (art. 196, direito à saúde).

Assim sendo, solicito apoio dos nobres edis e providência do Poder Executivo Municipal.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2025.

  
**TENENTE EUGÊNIO**

**VEREADOR**

LEI MUNICIPAL Nº , DE , DE 2025.

INSTITUI A OBRIGAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS ANUAIS PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de realização de exames médicos periódicos anuais para todos os servidores públicos municipais efetivos, comissionados, contratados e estagiários com vínculo empregatício, com o objetivo de promover a saúde ocupacional, prevenir riscos laborais e detectar precocemente agravos à saúde, em conformidade com os princípios da gestão humanizada e da segurança no trabalho previstos na Constituição Federal e na legislação trabalhista vigente.

Parágrafo único. Os exames serão realizados anualmente, independentemente da idade, com possibilidade de redução do intervalo em casos de exposição a riscos ocupacionais (físicos, químicos, biológicos ou ergonômicos) ou para portadores de doenças crônicas, conforme avaliação médica.

Art. 2º Os exames médicos periódicos compreenderão:

- I - Avaliação clínica ocupacional, incluindo anamnese e exame físico;
- II - Exames laboratoriais básicos, tais como hemograma completo, glicemia de jejum, lipidograma, exame de urina tipo I e outros complementares conforme idade, sexo, riscos ocupacionais e indicação médica;
- III - Exames de imagem e complementares, quando necessário, como raio-X de tórax, eletrocardiograma ou mamografia (para mulheres acima de 40 anos, conforme diretrizes do Ministério da Saúde);
- IV - Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), que registrará o apto ou inapto para o exercício da função, com recomendações para adaptações laborais, se aplicável.

§ 1º Os exames serão gratuitos para os servidores, custeados pelo erário municipal, por meio de convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), rede privada conveniada ou serviço médico próprio da Prefeitura.

§ 2º Os resultados dos exames serão confidenciais, armazenados em sistema informatizado seguro, acessível apenas à equipe de saúde ocupacional e ao servidor, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Art. 3º A Secretaria Municipal de [Administração/Saúde/Gestão de Pessoas] será responsável por:

- I - Elaborar e implementar o cronograma anual de convocação dos servidores, priorizando grupos de maior risco;
- II - Designar médico do trabalho ou equipe multidisciplinar para coordenação dos exames;
- III - Garantir a realização dos exames durante o horário de expediente, sem prejuízo ao salário ou à jornada de trabalho;

IV - Encaminhar servidores com resultados alterados para tratamento adequado, inclusive com afastamento provisório se necessário.

Parágrafo único. O não comparecimento injustificado ao exame acarretará advertência administrativa na primeira ocorrência, suspensão de até 5 dias úteis na segunda e processo disciplinar na terceira, nos termos da Lei Orgânica do Município e da legislação disciplinar aplicável.

Art. 4º A Prefeitura Municipal fornecerá os recursos orçamentários necessários à execução desta Lei, no âmbito da dotação própria da Secretaria de Saúde ou Administração, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias anual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ituverava, de dezembro de 2025.

TENENTE EUGÊNIO VEREADOR

*Justificativa*

Esta lei é inspirada no Decreto Federal nº 6.856/2009, que regulamenta exames periódicos para servidores federais, adaptando-o ao âmbito municipal para atender à obrigatoriedade anual solicitada. Ela promove a saúde preventiva, alinhando-se à NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e à Constituição Federal (art. 196, direito à saúde).